

STF determina regulamentação da licença-paternidade

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (14) determinar ao Congresso Nacional a aprovação de uma lei para garantir a regulamentação da licença-paternidade no país.

Com a decisão, os parlamentares terão prazo de 18 meses para regulamentar as regras do benefício. Caso a norma não seja aprovada, a licença-paternidade deverá seguir as regras da licença-maternidade, que tem duração de 120 dias.

A Corte julgou uma ação protocolada em 2012 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) a favor do benefício.

Atualmente, a licença-paternidade é de cinco dias consecutivos nos casos do nascimento de filho, adoção ou de guarda compartilhada. O direito está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e foi criado com a promulgação da Constituição de 1988.

Pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), regras transitórias criadas com a promulgação da Constituição, a licença de cinco dias deveria permanecer até o Congresso aprovar uma lei complementar para implementação definitiva, votação que nunca ocorreu.

Prevaleceu no julgamento o voto do ministro Luís Roberto Barroso para reconhecer a omissão do Congresso em aprovar a regulamentação da norma. O entendimento foi seguido pelos demais ministros.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a licença-paternidade existe em 115 países e é remunerada em 102. O custeio é feito com recursos do empregador, benefícios de proteção social dos governos ou dividido entre as duas fontes. A duração média da licença é de 3,3 dias.

Fonte: CUT

IFMA apresenta plano de entregas para 2024 no último COLDIR do ano

IFMA apresentou um plano de ações para o ano de 2024 na 139ª Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes (COLDIR), na manhã dessa quinta-feira (14). Este é o terceiro ano consecutivo em que a instituição inclui o evento “Sou Mais IFMA: um instituto de todos(as) e para todos(as)” na pauta do último COLDIR do ano. Além das entregas institucionais previstas para cada pró-reitoria, a programação também contou com homenagens a servidoras – por meio da medalha Ronald Carvalho – além da primeira certificação de reconhecimento da Ouvidoria.

Segundo o reitor, professor Carlos Cesar Teixeira, a reunião ocorre em meio às comemorações dos 15 anos da Rede Federal. “Nada

mais oportuno do que, nesse momento, fazemos os anúncios dos programas, projetos e ações que serão implantados em 2024. Não se trata de um relatório de prestação de contas, mas de grandes anúncios no propósito de dar sequência ao trabalho exitoso que tem sido feito no Maranhão – com a proposta de garantir inclusão, diversidade e desenvolvimento da nossa juventude”, avalia.

PRENAE

O titular da Pró-Reitoria de Ensino e Assuntos Estudantis (PRENAE), professor Maron Gomes, destacou que a ação principal será a criação das matrizes de referência dos cursos técnicos. “Todos os cursos técnicos do IFMA serão reformulados no ano de 2024. O IFMA

deixará de ter o mesmo curso com três, quatro ou cinco projetos diferentes. Teremos projetos de cursos do IFMA, o que possibilitará inúmeros benefícios”, explicou. Também deverá ser iniciada a construção das matrizes de referência para cursos de formação de professores.

A pasta também deverá fortalecer a educação a distância, por meio da implementação de uma política de programas e projetos de ensino nessa modalidade. Além disso, também foram anunciados novos programas para os cursos de licenciaturas e de monitoria. Ainda para 2024, a PRENAE prevê a implantação do Sistema Koha de gestão integrada de bibliotecas em pelo menos 12 campi.

Fonte: IFMA

Professor do PPGBC da UFMA aprova no CNPq projeto inovador para a quantificação das emissões de gases de efeito estufa no Brasil

Celso Henrique Leite Silva Junior, professor permanente da Pós-graduação em Biodiversidade e Conservação (PPGBC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e professor colaborador da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE), teve aprovação e financiamento de seu projeto “YBYRÁ-BR: Quantificação Espaço-temporal das Emissões e Remoções de CO₂ pelas Florestas Brasileiras” no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal 2023.

O projeto gira em torno das últimas quatro décadas, em que o Brasil tem enfrentado desafios significativos relacionados à perda e degradação de sua cobertura florestal, o que resultou na emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera, ameaçando a integridade ambiental dos ecossistemas. O projeto do professor aborda esse problema crítico, buscando entender a contribuição de cada bioma brasileiro nas emissões e remoções de gases de efeito estufa.

O intuito da pesquisa é fornecer um balanço detalhado das emissões de dióxido de carbono (CO₂) causadas pelo desmatamento, fragmentação florestal (efeito de borda) e incêndios florestais, bem como as remoções desses gases da atmosfera pelo crescimento das florestas secundárias. O estudo gera modelos



robustos de emissão e remoção específicas para cada bioma brasileiro. Essa pesquisa adota um modelo inovador baseando-se em uma integração única de dados de sensoriamento remoto e informações de campo, utilizando métodos de ponta desenvolvidos pela equipe do projeto, e publicados em revistas internacionais de alto impacto.

O projeto será desenvolvido no Laboratório de Geotecnologias e Ciências Ambientais (GEOTAM), liderado pelo professor Celso Henrique e pelo professor Denilson da Silva Bezerra (Departamento de Oceanografia e Limnologia – DEOLI).

Quanto às expectativas ligadas ao projeto, Celso Henrique pontua sobre o potencial de pesquisa realizado e quais os resultados esperados para o futuro: “Este projeto pioneiro têm o potencial de oferecer informações cruciais para orientar o planejamento estratégico e a tomada de decisões relacionadas à redução das emissões e ao aumento da absorção de carbono da atmosfera por meio da restauração das florestas. Isso contribuirá significativamente para que o Brasil atinja suas metas estabele-

cidas no Acordo de Paris e do Desenvolvimento Sustentável. Além disso, os resultados do projeto serão fundamentais para aprimorar os sistemas de Mensuração, Relato e Verificação (MRV) de programa REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) jurisdicionais nos estados brasileiro”, explica.

O projeto conta com uma rede internacional de colaboradores. No Brasil, algumas instituições participantes são: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Universidade Ceuma (UNICEUMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN). No exterior, as instituições participantes são as seguintes: University of Exeter (Inglaterra), Universidad Nacional de Colombia – UNAL (Colômbia), Deutsches GeoForschungsZentrum GFZ (Alemanha) e University of Manchester (Inglaterra).

Fonte: UFMA